

JT 30-05.88 Pág. 4.

SAÚDE

É grave. Por isso um médico lança este S.O.S. dirigido aos constituintes.

Sr.: A partir da promulgação da nova Carta não será permitida no País a venda de sangue e seus derivados. Ficará, deste modo, configurada a estatização dos bancos de sangue e consequentemente também dos hospitais privados, pois um serviço de hemoterapia constitui um dos pilares mestres de uma organização hospitalar.

A proibição da comercialização seria possível se não houvesse custos operacionais, que, no caso específico do sangue, são muito elevados e representados por um serviço especializado, montado no hospital, funcionando 24 horas como um "pronto-socorro" para salvar vidas dos pacientes necessitados de transfusões de sangue. Os custos operacionais são representados por alugueis, impostos, luz, equipamentos indispensáveis, reações sorológicas, remuneração de funcionários, técnicos e médicos especializados.

Estes custos operacionais são maiores nos serviços de responsabilidade do governo.

Resta saber, a título de consolo, se, sendo a comercialização do sangue proibida, aqueles que necessitam de transfusão poderão obtê-lo de graça.

Para fugir da gratuidade dos seus serviços, o governo, por intermédio do SUDS, criou o Hemocentro de São Paulo, uma "fundação", funcionando como entidade privada, visando lucro, pois, quando solicitada pelos hospitais privados, executa as reações sorológicas, fornece sangue e cobra, faturando valores superiores aos permitidos pelas tabelas do Inamps e da AMB (Associa-

ção Médica Brasileira). Qual a garantia de que os serviços executados pelo Estado, na coleta e processamento de sangue, terão qualidade técnica exigida?

Atualmente o governo estipula normas, deveres e condições absurdas de pagamentos pelos serviços prestados pelos médicos autônomos e pelos hospitais conveniados. Trata-se de uma "Socialização suave", não oficial e extremamente vantajosa ao governo, que executa sua obrigação com redução dos recursos.

Os nossos constituintes criarão a "Seguridade Social", ampliando muito a responsabilidade do Estado, esquecendo do fato de não terem recursos humanos e materiais para a sua execução.

É inquestionável a ideia de unificação de esforços e recursos mas não se pode concordar com o desejo de se implodir o edifício da assistência à saúde, representado pelo Inamps e seus conveniados, responsáveis por infinitos números de bons serviços prestados à classe trabalhadora.

Se a implosão for imediata, não haverá como atender os 115 milhões de brasileiros, ora assistidos pelos hospitais conveniados.

Lanço um S.O.S. da saúde, dirigido aos nossos constituintes: no segundo turno votem pensando na saúde do povo e no "bolso" do Brasil.

O governo deveria apenas controlar e fiscalizar a atividade hemoterápica. **Dr. Edmundo Zorzur, Capital.**